Globethics Repository



“O meu desperdício é a privação do consumo do outro” ["My waste is the deprivation of consumption of other"]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Gallas, Luciano
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-07 09:59:04
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158442

“O meu desperdício é a privação do consumo do outro”

Altivo de Almeida Cunha enfatiza que todos perdem com o desperdício de alimentos: produtores, atacadistas, varejistas, consumidores e o meio ambiente, sendo que a população mais pobre é a mais prejudicada. Para ele, é necessário reorganizar a produção

Por Luciano Gallas

“No Brasil, a etapa pós-colheita, que envolve estocagem, manuseio, pré-processamento, embalagem e transporte, é onde ocorre a maior parte das perdas de alimentos em termos quantitativos. Mas o que é importante entender na questão das perdas agrícolas é que estas não podem ser analisadas de forma segmentada. Produtos colhidos de forma incorreta, ou fora do tempo ideal de colheita, dificultam o acondicionamento; mal acondicionados, estão expostos a maiores danos no transporte. Os maiores gargalos de infraestrutura produtiva brasileira referem-se às condições de armazenagem e transporte. Produtos que sofrem danos adicionais no transporte levam não só à perda direta, quantitativa, mas a relevantes perdas qualitativas e parciais nos produtos, que perdem seu valor comercial ou têm diminuída sua vida útil; ou seja, têm aumentada a sua perecibilidade, levando a maiores perdas nas etapas de atacado, varejo e, principalmente, no consumo final”, afirma Altivo de Almeida Cunha.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o engenheiro agrônomo e doutor em Economia explica que as perdas de alimentos estão associadas a limitações e falhas do sistema de organização da produção, distribuição e preparo dos produtos, enquanto o desperdício alimentar está associado às atitudes e comportamentos, individuais ou coletivos. “Na base do desperdício, ou de sua redução, está a identificação dos valores dos alimentos, do esforço social e natural envolvido em sua produção e das possibilidades de aproveitamento integral de suas propriedades. A questão do desperdício é também uma questão de respeito à sociedade, de forma que o meu desperdício é a privação do consumo do outro. É interessante observar que sociedades com elevado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e que valorizam o desenvolvimento comunitário, como no caso dos países nórdicos, são muito mais intolerantes com o desperdício do que países pobres e desiguais”, pondera.

O pesquisador também avalia as políticas agrícolas baseadas unicamente no aumento da produtividade bruta por hectare cultivado, destacando que tal busca pela produtividade “representa um enorme esforço tecnológico e organizacional, de trabalho, esforço econômico e energético e de pressões ambientais que podem ter como consequências diretas a exclusão de produtores, a diminuição da renda líquida rural, a concentração fundiária e a perda de material genético de espécies nativas ou crioulas. Este não precisa ser o preço da produção de alimentos no mundo. [...] Valorizar a produção e o consumo de alimentos locais através de sistemas adaptados de distribuição é uma forma que está progressivamente sendo adotada na Europa para aumentar a oferta de alimentos de qualidade e diminuir perdas. É necessário conjugá-la com maior eficiência produtiva, onde o ganho de produtividade é um dos fatores, mas não o único para atingir este objetivo”.

Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha é engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP, e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO/ONU para o tema *abastecimento alimentar*. É coordenador acadêmico do curso de pós-graduação em Gestão de Sistemas Agroalimentares do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM/Uniceasa Centro de Educação Profissional, de Minas Gerais.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é a origem da crise alimentar que atingiu o planeta em 2007? Que regiões foram as mais atingidas?

Altivo de Almeida Cunha – Crises globais ocorrem como uma reação em cadeia de fatores estruturais críticos, deflagrados por fatores conjunturais e geralmente potencializados por erros de política pública, seja por omissão ou por respostas equivocadas. Estes elementos estavam presentes na crise dos alimentos de 2007. A mudança progressiva no padrão de consumo alimentar de um mundo em crescimento econômico, principalmente o aumento de consumo de proteínas animais, que consomem uma quantidade expressiva de grãos, elevou estruturalmente a demanda por alimentos. O deslocamento da produção de grãos para uso na fabricação de rações animais e também para produção de biocombustíveis, como no caso do etanol norte-americano à base de milho, criou novos e importantes destinos para a produção de grãos, antes direcionada ao consumo direto. A oferta global ainda sofreu reveses de diversos eventos relacionados à mudança climática – secas e enchentes – em países produtores. Produtos escassos, com custo de produção elevado pelos altos preços do petróleo, completaram o quadro de restrição de oferta e elevação de preços.

Dois aspectos relacionados às políticas agrícolas nacionais, e interligadas pelo comércio mundial, agravaram de forma determinante a situação. A dependência de alguns países com grande população de baixa renda dos estoques mundiais pressionou ainda mais o preço dos alimentos, com impactos perversos para estes consumidores de baixa renda. Os mecanismos de financiamento futuro da produção, que em situações de estabilidade são alternativas importantes de estímulo à produção, tiveram um papel muito forte de acirramento da crise, como acontece quando as expectativas se descolam do mundo real e a incerteza se torna especulação.

A demanda crescente por alimentos, custos de produção elevados, novos destinos de consumo da produção agrícola, estoques baixos em países com grandes populações economicamente vulneráveis, quebra de oferta decorrente de mudanças climáticas como elemento de incerteza adicional e forte especulação resultaram em preços dos alimentos em patamares sem precedentes em escala global. A situação só foi atenuada, ou postergada, porque outra crise, a crise financeira de 2009, impactou fortemente o consumo e o preço dos insumos.

> "O livre comércio internacional de alimentos é apenas uma figura de linguagem, pois se trata de troca entre desiguais, em condições que favorecem os atores economicamente poderosos"

Os países que não tinham uma política agrícola de armazenagem e abastecimento, e que têm uma proporção significativa de população com baixa renda, foram fortemente afetados, como no Sudeste asiático, na África subsaariana e no mundo árabe, bem como regiões subnacionais na América Latina andina e na América Central. A situação foi tão grave que os representantes do Programa Mundial de Alimentos – PMA das Nações Unidas declararam que a falta de alimentos era comparável a um enorme tsunami silencioso que poderia afundar na fome 100 milhões de pessoas. É uma figura de imagem bem forte que dá a dimensão da crise.

IHU On-Line – De que forma esta crise poderia ter sido evitada? Há possibilidade de novas ocorrências?

Altivo de Almeida Cunha – Infelizmente, para muitos governos, planejar e prevenir crises são ações que geralmente ocorrem depois de desastres, e em muitos casos as lições só são aprendidas depois de tragédias sucessivas e forte reação da sociedade. A lição que deveria ser aprendida é que não é possível depender estrategicamente apenas dos estoques mundiais, ou seja, contar somente com o comércio internacional. É necessário que as nações tenham políticas de segurança alimentar consistentes e também que tenham mecanismos de compensação de preços para a população economicamente mais vulnerável. Neste último caso, Brasil e México são bons exemplos.

IHU On-Line – Qual é o comportamento das agências internacionais diante da crise? De que forma as análises realizadas por estas organizações sobre as causas do desequilíbrio estão relacionadas com os interesses das grandes companhias privadas?

Altivo de Almeida Cunha – Órgãos internacionais importantes, como a FAO, o PMA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI, demonstraram na época da crise alimentar uma preocupação muito grande por seu caráter potencialmente devastador. Os líderes destas instituições chegaram a discutir uma espécie de política alimentar global articulada, tese promovida pela França, que acabou sendo deixada de lado pela crise financeira. O alerta motivou a icônica revista *The Economist* a promover um importante debate em 2011 intitulado "*9 billion question*", sobre os dilemas e alternativas para alimentar um mundo com 9 bilhões de pessoas em 2050. Geralmente as organizações internacionais analisam macropolíticas e fluxo internacional, de forma que pouco se enfatizou sobre o papel das grandes companhias agroalimentares e dos grandes *brokers* que controlam de forma concentrada a oferta global de grãos.

IHU On-Line – As grandes corporações privadas recebem subsídios nos seus países de origem e têm seus mercados protegidos pelos governos. De que forma esta situação dialoga com o preceito neoliberal de abertura dos mercados transnacionais à ação do capital?

Altivo de Almeida Cunha – Os países desenvolvidos têm mecanismos de proteção aos seus sistemas agroalimentares nacionais há mais de 50 anos, privilegiando seus produtores e as atividades de suas corporações privadas agroindustriais em escala global. As políticas agrícolas dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão são baseadas em diversas fontes de estímulo que combinam estímulos tecnológicos e creditícios e elevados níveis de subsídio, lançando mão de barreiras tributárias e não tributárias significativas. Poucos países e, dentro destes, poucas regiões produtoras e, nestas, poucos produtores conseguem atuar no mercado mundial. O Brasil tem uma importante inserção nos mercados internacionais de *commodities*, mas o número de produtores rurais brasileiros que têm acesso a este mercado é bem restrito no universo de mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros. O livre comércio internacional de alimentos é apenas uma figura de linguagem, pois se trata de troca entre desiguais, com condições desiguais que favorecem os atores economicamente mais poderosos.

IHU On-Line – Qual é a relevância das perdas ocorridas nos processos de produção e, principalmente, de distribuição de alimentos para a crise mencionada?

Altivo de Almeida Cunha – Um extensivo estudo divulgado pela FAO recentemente, elaborado pelos maiores especialistas mundiais, e que contou com a participação de um pesquisador brasileiro, o professor Walter Belik[1], da Unicamp, estimou que cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são perdidos por ano em todo o mundo. A estimativa é dramática se considerarmos que este montante equivale a praticamente 30% do total de alimentos produzidos no mundo. Perde-se anualmente, em todos os tipos de produtos alimentares, um montante que é 6,6 vezes superior a toda a produção anual brasileira de grãos, uma das maiores do mundo.

> "É necessário que as nações tenham políticas de segurança alimentar consistentes e mecanismos de compensação de preços para a população economicamente mais vulnerável"

O estudo citado apontou que, no Brasil, a etapa pós-colheita, que envolve estocagem, manuseio, pré-processamento, embalagem e transporte, é onde ocorre a maior parte das perdas de alimentos em termos quantitativos. Mas o que é importante entender na questão das perdas agrícolas é que estas não podem ser analisadas de forma segmentada. Produtos colhidos de forma incorreta, ou fora do tempo ideal de colheita, dificultam o acondicionamento; mal acondicionados, estão expostos a maiores danos no transporte. Os maiores gargalos de infraestrutura produtiva brasileira referem-se às condições de armazenagem e transporte. Produtos que sofrem danos adicionais no transporte levam não só à perda direta, quantitativa, mas a relevantes perdas qualitativas e parciais nos produtos, que perdem seu valor comercial ou têm diminuída sua vida útil; ou seja, têm aumentada a sua *perecibilidade*, levando a maiores perdas nas etapas de atacado, varejo e, principalmente, no consumo final. Perdem todos: os produtores, que têm sua renda rebaixada, perdem o atacado e o varejo e perdem os consumidores, atingindo mais duramente os mais pobres. Perde o meio ambiente e a natureza. As perdas podem ser medidas em toneladas de alimentos, mas também poderiam ser expressas em metros cúbicos de água ou em *kilocalorias*. É uma situação que ninguém ganha e todos perdem. Ainda assim, poucas são as iniciativas articuladas para enfrentar a questão, pois atacar a questão das perdas implica reestruturar a forma de organização da produção. No entanto, é interessante observar que a questão das perdas de alimentos chama mais atenção hoje nos países mais ricos da Europa e nos Estados Unidos do que no Brasil.

IHU On-Line – Quais são as consequências da opção feita pelas políticas agrícolas de visar o aumento da produtividade bruta por hectare cultivado em detrimento do incremento da oferta líquida de alimentos ao consumidor final?

Altivo de Almeida Cunha – Esta é uma questão fundamental, que espelha a prevalência de uma visão segmentada do sistema alimentar. O aumento progressivo e contínuo da produtividade agrícola representa um enorme esforço tecnológico e organizacional, de trabalho, esforço econômico e energético e de pressões ambientais que podem ter como consequências diretas a exclusão de produtores, a diminuição da renda líquida rural, a concentração fundiária e a perda de material genético de espécies nativas ou crioulas. Este não precisa ser o preço da produção de alimentos no mundo. A contradição fundamental das estratégias baseadas unicamente no aumento da produtividade equivale à imagem de um superatleta forjado para correr 100 metros em sete segundos que volta 30 metros e corre de novo para compensar as perdas. Valorizar a produção e o consumo de alimentos locais através de sistemas adaptados de distribuição

1 Leia a entrevista com Walter Belik nesta edição, intitulada *A árdua tarefa de medir o desperdício*. (Nota da **IHU On-Line**)

é uma forma que está progressivamente sendo adotada na Europa para aumentar a oferta de alimentos de qualidade e diminuir perdas. É necessário conjugá-la com maior eficiência produtiva, onde o ganho de produtividade é um dos fatores, mas não o único para atingir este objetivo.

IHU On-Line – Que distinção pode ser feita entre perdas alimentares e desperdício alimentar?

Altivo de Almeida Cunha – Perdas de alimentos são resultado de limitações e falhas do processo de organização da produção, distribuição e preparo destes produtos. Sempre existirá uma taxa de perdas, enquanto o processo de produção for um processo de crescimento biológico em condições naturais baseadas no uso da terra. E esperamos que seja sempre assim. Alguns produtos originalmente agroindustriais mudaram sua base produtiva para a indústria química (por exemplo, adoçantes, corantes e em parte os tecidos), mas os produtos de base natural têm vantagens em termos de saúde e também em termos de representação social e comunitária. Uma coisa é tomar um bom café com leite, adoçado com rapadura. A outra é tomar um café descafeinado, com leite deslactosado e desnatado com adoçante zero calorias...

O desperdício alimentar é resultado de atitudes e comportamentos, individuais ou coletivos, que envolvem o conhecimento de técnicas de aproveitamento e preparo dos alimentos, bem como o reconhecimento dos valores sociais dos alimentos. No Brasil, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul implementou um curso pioneiro de pós-graduação em sociologia da alimentação que aborda de forma multidisciplinar estas questões. Na base do desperdício, ou de sua redução, está a identificação dos valores dos alimentos, do esforço social e natural envolvido em sua produção e das possibilidades de aproveitamento integral de suas propriedades. A questão do desperdício é também uma questão de respeito à sociedade, de forma que o meu desperdício é a privação do consumo do outro. É interessante observar que sociedades com elevado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e que valorizam o desenvolvimento comunitário, como no caso dos países nórdicos, são muito mais intolerantes com o desperdício do que países pobres e desiguais.

IHU On-Line – Grosso modo, quais são os alimentos mais afetados?

Altivo de Almeida Cunha – Os produtos que são afetados por maiores perdas são aqueles que têm maior perecibilidade fisiológica e maior suscetibilidade à manipulação, o que é mais intenso nos produtos frescos, como hortigranjeiros e carnes. Um aspecto curioso é que a questão da perecibilidade é muito pouco explorada no caso dos produtos hortigranjeiros no Brasil. Há algum tempo, desenvolvi com um agrônomo da Ceasaminas, Gustavo Almeida[2], uma tabela experimental de perecibilidade de 34 frutos e hortaliças, baseada na taxa de respiração vegetal e na firmeza dos frutos, cientificamente mensuradas, e na interação entre estes fatores. A ideia foi identificar quais produtos em condições similares de "prateleira" são mais perecíveis. Os produtos avaliados por este método que têm maiores índices de perecibilidade são abacate, banana, morango, goiaba, couve-flor, pêssego e mamão. Os mais duráveis são abóbora, coco verde, abacaxi e pepino.

A informação é relevante para os consumidores urbanos que perderam o conhecimento da relação biológica dos alimentos e pode embasar ações de educação alimentar para evitar perdas e desperdícios, bem como auxiliar o desenvolvimento de formas mais eficientes para processar, distribuir, comercializar e consumir estes produtos.

IHU On-Line – Quais são as principais alternativas para ampliar o acesso ao alimento e à nutrição em nossa sociedade atual?

Altivo de Almeida Cunha – Esta é uma questão complexa e que envolve uma multiplicidade de ações, estratégias públicas (não necessariamente estatais) e também de políticas públicas. Os programas de Segurança Alimentar na perspectiva ampliada (como define a FAO) envolvem iniciativas de promoção da produção que incluem, além da quantidade, a valorização da produção familiar e local, a produção com manejo ambientalmente adequado, a sanidade e inocuidade dos alimentos e a busca da qualidade. Incluem também os programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família[3], e uma série de iniciativas de acesso físico à alimentação, como sacolões regulamentados nas cidades, restaurantes populares e os bancos de alimentos.

Os bancos de alimentos representam uma estratégia que hoje tem difusão mundial e são considerados um equipamento importante para o enfrentamento de crises econômicas para populações vulneráveis. Só no Reino Unido, por exemplo, mais de meio milhão de cidadãos são assistidos por bancos de alimentos. Outra estratégia fundamental da Segurança Alimentar são as iniciativas de educação alimentar e promoção do consumo saudável. Enfim, há um grande rol de iniciativas, mas o aspecto fundamental é que elas estejam articuladas sob um mesmo conceito ordenador, nucleador de Segurança Alimentar, para não incorrer no mesmo dilema do velocista que é obrigado a voltar para recuperar o terreno perdido.

2 **Gustavo Costa de Almeida**: engenheiro agrônomo, secretário executivo das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Bolsa Família**: programa do governo federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a 70 reais mensais e que está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades para receber o benefício, as quais reforçam o acesso à educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias e a superação da situação de vulnerabilidade. (Nota da **IHU On-Line**)